

## Direitos humanos para jornalistas e estudantes: uma análise de manuais sobre grupos minoritários

### RESUMO

**Brenda Liliane Adriano**

[benda.vonseg@gmail.com](mailto:benda.vonseg@gmail.com)

Universidade Positivo, Curitiba, Paraná, Brasil.

**Emerson de Castro Firmo da Silva**

[emerson.silva@up.edu.br](mailto:emerson.silva@up.edu.br)

Universidade Positivo, Curitiba, Paraná, Brasil.

O objetivo deste artigo é fazer uma análise crítica de manuais, guias e cartilhas de direitos humanos voltados para jornalistas e estudantes de jornalismo que tenham como principal objetivo sugerir formas mais adequadas de tratamento em material jornalístico quanto a grupos minoritários ou em situação de vulnerabilidade social. O trabalho consiste na apreciação e no julgamento de alguns desses documentos. Dessa forma, sugerimos revisões ou mesmo acréscimos e supressões, visando um melhor entendimento das propostas pelos profissionais. Por fim, refletimos sobre a pertinência e a adequação dos manuais para ser usado por estudantes de jornalismo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Comunicação. Jornalismo. Direitos humanos.

## INTRODUÇÃO

Os direitos humanos foram fundados a partir do respeito pela dignidade de todas as pessoas, de modo universal, sem discriminação. Ninguém pode ser privado dos seus direitos, mas pode ser limitado em situações específicas, como o direito à liberdade para uma pessoa considerada culpada por um crime diante de um tribunal.

Os direitos humanos nasceram da urgência de um mundo mais justo e melhor, evoluiu junto com a humanidade. Em meio a tanta violência, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, a fim de promover a paz para todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou outra condição e prevenir novos ciclos de violência. Em 1948 foi estabelecida a Declaração Universal dos Direitos Humanos, por estados membros das Nações Unidas, com o propósito de garantir a todos os seres humanos viver com dignidade e ter seus direitos cumpridos, com harmonia, paz e, o principal, com respeito.

Nas últimas décadas, como decorrência da luta por direitos humanos em vários setores da sociedade, diversas instituições têm publicado diversos materiais de conscientização e divulgação: são cartilhas, manuais e guias voltados para o grande público e também para faixas mais específicas, como os comunicadores, a fim de promover dignidade e respeito.

Esses manuais visam, também, atualizar os públicos sobre as diversas designações relacionados a minorias ou aos grupos em vulnerabilidade. Isso porque vivemos na era da instantaneidade e dos movimentos sociais que buscam pelos direitos humanos básicos. A cada momento aparece uma nova designação que representa um grupo de pessoas na sociedade. É dever dos profissionais de comunicação ter deles conhecimento e fazer uso em seu trabalho no dia a dia, mas também refletir sobre suas definições.

Por meio do conhecimento sobre a história da luta pelos direitos humanos, deve-se ter cuidado especial na hora de escrever uma matéria, reportagem ou artigo. Quando se passa informação ou opinião e orienta-se a população sobre estes temas, a responsabilidade fica maior. Na construção de uma comunicação democrática, com princípios dos direitos humanos, a instantaneidade da notícia nos veículos é um risco, a busca em dar em primeira mão um fato que acabou de acontecer, pode acabar reforçando os preconceitos, por meio de denominações erradas sobre a pessoa.

Por isso, veículos de comunicação têm o conhecimento dos manuais e cartilhas especialmente feitos para os profissionais da comunicação, a fim de retirar qualquer dúvida e auxiliar na hora da escrita. Além dos manuais e cartilhas, são produzidos guias com datas especiais sobre os direitos humanos para a mídia. Os profissionais de comunicação têm, portanto, acesso a esse conhecimento e sobre como usar a linguagem e os conceitos dos Direitos Humanos no seu trabalho.

Em contraponto, vive-se em período difícil, em que jornalistas e mídias livres vêm passando por violações em relação à própria liberdade de expressão no âmbito de trabalho. Todos os anos são disponibilizados novos manuais, com as atualizações das denominações que mudam a cada instante. Porém, às vezes a linguagem, formato ou abordagem feitos nos materiais não dialogam com os

profissionais de imprensa e a consequência gerada são erros cometidos na informação.

Como pode-se observar, nos veículos de comunicação a linguagem imprópria em relação aos direitos humanos sempre está conectada diretamente com mulheres, pessoas com deficiência, julgamento precipitado do crime, crianças, adolescentes e pessoas transgêneros, travestis, bissexuais, lésbicas e gays. O suicídio também é um tema pouco abordado na mídia, mesmo existindo a cartilha que oriente os profissionais de comunicação – trata-se de um assunto que rende debates.

Assim, este artigo, a partir da análise de manuais, cartilhas e guias que abordam o tema dos direitos humanos para jornalistas e estudantes de comunicação, se propõe a destacar aspectos positivos e negativos desses materiais, com base em critérios atuais que melhor definam a atividade jornalística e as necessidades dos jornalistas para exercê-la; também identifica a evolução dos materiais, aponta o que merece uma revisão ou mesmo acréscimos e supressões visando um melhor entendimento da proposta pelos profissionais; e por fim reflete sobre a pertinência e adequação dos manuais para uso entre estudantes de jornalismo.

### **UM JORNALISMO MAIS INCLUSIVO**

O jornalismo tem papel fundamental na sociedade, sendo capaz de dar voz a grupos marginalizados e silenciados. Com seu surgimento, o cidadão pôde exercer seu direito de compartilhar informações. Em relação à sociedade, é possível classificar entre as funções do jornalismo a de observar o ambiente e revelar acontecimentos e oportunidades que acontecem diariamente nas relações sociais (KUNCZIK, 2001). Os meios de comunicação social assumem, portanto, conceitualmente, o papel da reconstrução da realidade e incorporação dos direitos humanos em seus discursos. Por influenciar a opinião pública, esses discursos usam a imparcialidade como critério, além da ética e integridade ao passar a informação para os receptores. Por meio do recorte dos fatos, o jornalismo proporcionaria então o acesso aos acontecimentos e à compreensão da população sobre determinados assuntos problemáticos na sociedade.

Segundo Jorge Kanehide Ijuim (2011), o jornalismo é uma ação humana e a profissão de jornalista é um ato social. Para o autor, o jornalismo nasceu humano e com as necessidades da sociedade, tornou-se instrumento de humanização. A prática jornalística é social por colocar em pauta assuntos de interesse público e, por meio de sua abordagem e sensibilidade, humanizadora ao tratar de assuntos difíceis. No entanto, esse ideal edificador não é posto em prática o tempo todo.

O problema está, entre outros, quando os meios de comunicação usam palavras anacrônicas para referir-se a algum direito humano. Ao invés do jornalismo ser mais inclusivo e proporcionar uma humanização e o reconhecimento dos direitos humanos do grupo marginalizado pela sociedade, por falta de conhecimento ou por descuido na hora de publicar o material jornalístico, ele acaba reforçando a desvalorização da causa. Por trás de todo direito humano conquistado, existe uma história de luta, uma causa. Em vista da teoria observada sobre os conceitos jornalísticos, seria dever dos meios de comunicação conhecer

cada denominação de cada ato e identificar os reflexos da não observância desses aspectos.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os manuais e cartilhas desenvolvidos por instituições, núcleos de direitos humanos, governos, organizações, entre outros, são auxiliares na hora de produzir o conteúdo jornalístico. Dentro dos pequenos ou às vezes grandes manuais, existem dicas de abordagem e explicações sobre termos técnicos e a maneira apropriada de referir-se a determinado grupo.

Na teoria é algo eficaz, mas às vezes, na prática, eles acabam não dialogando com os profissionais na área de comunicação, e ao invés de proporcionar esclarecimento – consequência de uma linguagem difícil e de uma leitura cansativa – acabam gerando mais dúvidas e distorções. Em grande parte os materiais usam uma escrita curta, clara e objetiva, o que facilita o profissional na hora da produção, mas existem outros materiais que usam linguagem de fácil compreensão também, porém a escrita é longa e os significados ou os termos apropriados para serem usados estão nas últimas páginas do manual de 300 páginas. O jornalismo é instantâneo e o deadline (prazo para a conclusão de um trabalho) do profissional curto, por isso o manual ou a cartilha precisa ser sucinto e objetivo.

Com base em sites, manuais e cartilhas dos direitos humanos no período de 2000 a 2019, sobre racismo, violência contra mulher, criança e adolescente, pessoa com deficiência e lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros (LGBT), pôde-se dar início à análise do sentido, evolução e comparação do que mudou nos manuais e cartilhas, usando a análise documental. Para o estudo dessa evolução, também foram consultados diversos estudos sobre a história dos direitos humanos.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foram levantados 34 manuais, cartilhas e guias de 2000 a 2019 – criados especificamente para comunicadores. Também foram identificados 16 estudos para o público em geral, mas que respondem algumas dúvidas e auxiliam na hora de produzir conteúdo.

Com apenas 12 páginas, o Manual de Redação – Mídia Inclusiva, elaborado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (2011) sobre pessoas com deficiência, traz o conceito da mídia inclusiva e os termos que antes eram usados, mas que sofreram alterações. Por exemplo, logo na primeira página do conteúdo pode-se observar os termos bastante utilizados pela mídia – portador de deficiência, portador de necessidades especiais e pessoa portadora de deficiência, que foram substituídos pelos novos termos – pessoa com deficiência ou a sigla PcD, que é invariável. No entanto, em jornalismo é aconselhável evitar o uso de siglas. O manual faz o alerta em relação ao cuidado com o plural, por exemplo, quando o redator for escrever, não deve utilizar a seguinte expressão: “pessoas com deficiências” e sim “pessoas com deficiência”. O plural de deficiências só pode ser utilizado no momento em que as pessoas, de fato, tenham múltipla deficiência.

O estudo é didático e direto; consegue dialogar com os profissionais da comunicação, pois além de toda explicação em relação à escrita, nas últimas páginas traz o esclarecimento sobre as diferentes deficiências com o “ABC da Inclusão”. O estudo foi produzido no Rio Grande do Sul, mas não tem caráter regional: pode ser utilizado por todos os comunicadores das outras regiões do país.

Apresentando uma linguagem diversa, o mini manual Pessoas com deficiência (2016), criado pela ONG ThiNk Olga, traz uma abordagem um tanto quanto inovadora. O estudo enfatiza exemplos de manchetes de jornais, explicando como a mídia deve noticiar o assunto, além de esclarecer e explicar os esportes paralímpicos, corpo e sexualidade e doenças raras. O estudo é claro, objetivo e esclarecedor, mas comparado com o anterior, tem menos informações. Entretanto, seu foco é outro: enquanto o Manual de Redação – Mídia Inclusiva propõe-se a explicar e mostrar as novas siglas e denominações, o mini manual Pessoas com deficiência propõe-se a trazer exemplos de coberturas jornalísticas. Ambos dialogam com os profissionais e estudantes.

Os mini manuais de jornalismo humanizado criados pela ONG ThiNk Olga trazem o conjunto de regras básicas para os comunicadores. Com uma linguagem de fácil compreensão, foram escritos por profissionais de comunicação em parceria com a consultoria de conteúdo da Anis – Instituto de Bioética. O mini manual é claro e objetivo, ele parte do princípio do jornalismo humanizado e traz exemplos práticos dos assuntos abordados.

Em sua coleção Jornalismo Humanizado, entre 2016 e 2017 foram pautados assuntos atuais que são pouco discutidos, como o aborto. Ainda visto como tabu pela sociedade, o tema é pouco noticiado na imprensa por tratar-se de assunto delicado, que gera preocupações na produção do conteúdo. O mini manual sobre como falar de aborto nos meios de comunicação (2017) auxilia o profissional na hora de produzir conteúdo com mais precisão. Com 20 páginas, traz estatísticas, introdução explicativa sobre o que é o aborto e exemplos de notícias relacionadas ao assunto que saíram na mídia.

O estudo faz uma ponte entre a comunicação e a medicina, por tratar-se de um assunto da área da saúde. No decorrer do estudo é explicado o conceito da palavra aborto, do ponto de vista do médico e legal, conforme o Código Penal Brasileiro, e também pelo ângulo da questão moral da sociedade. Esclarece os tipos de abortos e a diferença entre quando ocorre com a utilização de medicamentos ou por meio de procedimento médico.

O manual aborda vários fatores importantes que passam despercebidos na hora da produção de conteúdo, como palavras que precisam de um cuidado especial para não provocar noções equivocadas. Além de abordar a escrita e usar exemplos, provoca outras reflexões a partir do uso de imagens, cobertura de denúncias, dados e fontes confiáveis. O manual é esclarecedor, claro e objetivo.

Seguindo a mesma linha do estudo anterior, o mini manual Violência contra a mulher (2016) traz, com base na Lei no 12.015 3, o conceito sobre o que é o estupro, acrescido de estatísticas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2016). O estudo mostra para o seu leitor que esse crime é um dos mais subnotificados. Os atos libidinosos realizados contra uma pessoa às vezes são romantizados pela mídia, que os tratam como um “encontro amoroso” entre a

vítima e o estuprador. Um exemplo desse tipo de tratamento é extraído de reportagem que foi publicada na imprensa:

Sobre o fato de ter encontros amorosos com meninas mais novas, Neto disse que trata-se apenas de uma preferência. “Isso é preferência, eu já namorei meninas de 30 e 40 anos. Para mim, tanto faz ser uma de 15 quanto de 50 anos, se ela me causar um fascínio, tiver ‘sex appeal’, é mulher. Só não me relaciono com criança. Se há algum explorado aqui, fui eu”, finalizou (MINIMANUAL VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2016, p. 5).

Com as facilidades proporcionadas pelo avanço das tecnologias de comunicação, algumas pessoas criam perfis falsos na internet e marcam encontros com crianças e adolescentes com a intenção de abusar da vítima. Por isso, é errado afirmar que o crime “trata-se de um encontro amoroso”. Em notícias relacionadas à pedofilia, quando o abuso de vulnerável acontece repetidas vezes é comum a utilização dessa expressão. Em vez de referir-se ao abuso como um encontro amoroso, o estudo recomenda aos profissionais usarem o termo “encontro criminoso”.

É importante que o estupro não seja romantizado pelos veículos de comunicação, que podem infligir danos à imagem da vítima. Por exemplo, o abuso ser tratado como uma relação sexual, como no exemplo: “Padrasto preso na Serra acusado de obrigar enteada a fazer sexo”. O fato, de o abuso ser noticiado como apenas uma relação sexual que seria uma prática consensual, diminui a gravidade do crime; por ser estupro não existe prática consensual. Por ser notícia com teor forte, o veículo, às vezes, tenta suavizar o conteúdo, mas não tem como suavizar um abuso a vulnerável.

De acordo com informações, a estudante seguia pela rua quando foi abordada pelo autor, que a segurou e a arrastou para dentro de um lote vago. Depois de levada para o lote vago, o autor tirou sua roupa e consumou o estupro oral na vítima. (MINIMANUAL VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, 2016, p. 12).

O estudo sobre a violência contra a mulher, MiniManual Violência Contra a Mulher (2016) aborda a violência doméstica e o feminicídio. Novamente, é destacado o ato de não romantizar o crime e os agressores. O caso Eloá Pimentel (2008) foi considerado na época um “crime passionai” e um “crime por amor” por diversos veículos de comunicação. O MiniManual de 14 páginas, além de trazer a explicação sobre cada violação e vários exemplos de casos, reforça o uso da palavra estupro e feminicídio nas coberturas jornalísticas. Com uma linguagem objetiva, dialoga com o profissional de hard news, que precisa dar informação instantânea, o que não o libera para classificar equivocadamente a situação, como no exemplo.

A cartilha Mulher vire a página, produzida pelo Ministério Público do Estado de

São Paulo (2016), foi baseado no manual ‘Enfrentando a Violência Contra a Mulher: Orientações Práticas para Profissionais e Voluntários (as), escrito por Bárbara M. Soares (2005) e publicado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A cartilha não foi elaborada especialmente para os profissionais de comunicação, mas em seu conteúdo é explicado e diferenciado os diversos tipos

de violência, o que ajuda o comunicador quando se depara com um fato de violência contra a mulher, inclusive diferenciar qual foi a violência de que ela foi vítima.

Seguindo a mesma linha de esclarecimento, o MiniManual Racismo (2016), criado pela ONG Think Olga, é focado nas mulheres negras e traz exemplos práticos do dia a dia para os comunicadores. Enfatiza os erros já cometidos pela mídia. O estudo aborda as denominações inapropriadas utilizadas recorrentemente pela mídia, principalmente durante o carnaval, em títulos como: “Mulatas representam as mulheres africanas em desfile da Império da Tijuca”, “A mulata, que também desfila no carnaval pela Viradouro, revela seus segredinhos para manter o corpão escultural” (p. 5).

Segundo o estudo, o erro dos títulos está em usar o termo “mulata”, pois ao se referir a uma pessoa negra, o redator deve descrever como ela é: negra. São considerados preconceituosos os termos “morena”, “mulata” ou “de cor”. O manual explica a origem do termo “mulata” da seguinte forma:

Trata-se do animal resultante do cruzamento entre o cavalo e a mula e passou a ser aplicado à filha do homem branco com a mulher negra, colocando a mulher negra como pessoa de segunda categoria. Da mesma forma, as mulatas são tratadas como um objeto, um souvenir brasileiro a serviço dos turistas (2016, p. 5).

O jornalismo voltado para a população de baixa renda usa um tipo de registro de linguagem próximo ao senso comum e apresenta expressões naturalizadas na sociedade. Segundo Amaral (2006), o jornalismo, nesse modelo de linguagem, usa estratégias de marketing e absorve a lógica do entretenimento. O problema desse conteúdo é o reforço de algumas expressões racistas no dia a dia. Como se pode observar nos exemplos destacados no MiniManual: “Inveja branca! Bruna Marquezine tieta meninos do One Direction”, “Marcelo Santos acusa Juninho de tentar denegrir sua imagem em Cariacica” (p.6). De acordo com o estudo, termos como: mercado negro, denegrir, cabelo ruim, beleza exótica, da cor do pecado e inveja branca reforçam todos os estereótipos que foram criados pela sociedade em torno da negritude.

Além disso, o estudo aborda questões como não associar os negros a animais, invisibilidade, padrões eurocêtricos de beleza, representatividade, o questionamento no uso de imagens e a humanidade com vítimas de violência. Com 14 páginas, o MiniManual dialoga com os profissionais de comunicação que dispõem de um deadline curto. Com uma linguagem clara, objetiva e coloquial, o estudo aponta erros e a forma adequada de tratar a notícia.

Já o guia Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Guia de referência para a cobertura jornalística (2013), série Jornalista Amigo da Criança, realizado pela Comunicação e Direitos em parceria com o Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI/CN), com o patrocínio da Petrobras, traz uma abordagem diferente em se comparando com outros trabalhos analisados aqui. O guia contém 120 páginas; os textos são longos e divididos em subcapítulos. O estudo é esclarecedor, mas, por ser escrito numa linguagem mais complexa, sua consulta é mais difícil em momentos de fechamento de edição.

O estudo faz um resgate sobre a evolução da cobertura jornalística, dos avanços na agenda das redações brasileiras, o monitoramento de políticas

públicas, a importância da qualidade das informações, agenda pública e os desafios de tipo de cobertura. É um guia mais teórico: apresenta uma contextualização mais aprofundada sobre violência sexual, explicado o conceito de abuso sexual e de exploração sexual. O guia traz as principais diferenças entre os crimes, termos desconhecidos, porém corretos; faz a reflexão sobre a dor da vítima, o cuidado necessário para noticiar um fato como este e mais informações sobre a violência e o impacto dela sobre a criança e o adolescente.

O manual *Jornalismo e Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes*, elaborado pelo Movimento República de Emaús, com o Sinjor-PA, de 2013, possui 107 páginas e traz uma metodologia diferente em se comparando com os outros materiais. O estudo foi construído a partir de opiniões sobre o tema direitos humanos e infância; foram utilizadas publicações anteriores de organizações e entrevistas com jornalistas de diferentes veículos de comunicação.

Nas redações os profissionais ainda enfrentam muitas dúvidas no cotidiano sobre como tratar adequadamente a notícia envolvendo criança e adolescente, seja na condição de vítima ou de autor de um ato infracional. Muitos questionamentos resistem. Por exemplo, a vítima que perde a vida ainda dispõe desses direitos? E se a família exigir a identificação da criança ou do adolescente na reportagem? É permitida a distorção em imagem ou áudio? Quais são as punições previstas em lei? O jornalista pode ser pessoalmente penalizado?

Pelo fato de o manual ter sido produzido pelo Sinjor do Pará, traz alguns dados sobre crianças e adolescentes da região. Mas a partir da página 26, é abordada a importância do jornalismo de uma forma genérica: as dificuldades da cobertura, o preciosismo verbal, o cuidado que o jornalista precisa ter ao entrar em contato com o jovem. Nesse aspecto, é reforçado o cuidado que se deve ter com jovens em situação de rua.

O estudo explica e reforça os cuidados que o jornalista deve ter ao optar por utilizar termos como “prostituição infantil”, “exploração sexual”, “menor carente” e quando deve usar somente as iniciais e tarja preta. Uma modificação que é destacada no estudo é sobre o termo “menor” ou “adolescente”. O termo menor é um dos mais utilizados nas coberturas pelos jornalistas. No entanto todos os jovens que têm entre 12 e 17 anos incompletos são adolescentes; então, não são menores. O termo “menor” é considerado pejorativo.

Assuntos que são vistos como tabus pela sociedade em geral são poucos abordados nos noticiários. Pelo fato de serem notícias delicadas, provocam o receio no profissional. O suicídio é pouco noticiado por várias razões éticas e pelo receio de incentivar novos casos. O trabalho *Prevenção do Suicídio: Um manual para profissionais da mídia* (2000), organizado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), avalia o impacto da cobertura midiática nos suicídios, enfatizando termos e atitudes que devem ser evitados nesse tipo de cobertura. Os meios de comunicação influenciam a opinião pública; por isso, a prevenção ao suicídio é importante ser noticiada. O manual faz uma reflexão sobre o auxílio que a mídia poderia dar caso noticiasse mais o assunto. Segundo o manual, os relatos feitos de maneira adequada podem prevenir perdas trágicas de vidas (PREVENÇÃO DO SUICÍDIO, 2000, p. 5).

O estudo realça o cuidado que os veículos de comunicação precisam ter ao fazerem a comparação entre dados de diferentes países, pois é preciso “levar em

consideração que os procedimentos de registro de dados de mortalidade variam amplamente de país para país, e isto compromete seriamente qualquer comparação direta” (p. 6). Além disso, o estudo avalia as fontes consideradas confiáveis e explica como noticiar o suicídio em geral, casos específicos, informações sobre ajuda, expressões que devem ser evitadas, como “epidemia de suicídio” e “o lugar com a mais alta taxa de suicídio do mundo”.

Devem ser evitadas descrições detalhadas do método usado e de como foi obtido. As pesquisas mostraram que a cobertura dos suicídios pelos meios de comunicação tem impacto maior nos métodos de suicídio usados do que na frequência de suicídios. Alguns locais – pontes, penhascos, estradas de ferro, edifícios altos, etc. – tradicionalmente associam-se com suicídios. Publicidade adicional acerca destes locais pode fazer com que mais pessoas os procurem com esta finalidade [...] As reportagens devem levar em consideração o impacto do suicídio nos familiares da vítima, e nos sobreviventes, em termos de estigma e sofrimento familiar. (PREVENÇÃO AO SUICÍDIO, 2000, p. 8).

Os meios de comunicação não devem publicar fotografias ou cartas suicidas, informar o método utilizado, levantar aspectos positivos do suicídio ou apelar para o sensacionalismo, utilizar estereótipos religiosos na produção do material e, principalmente, culpar o suicida. Ao invés disso, o manual explica que o comunicador poderá ajudar a sociedade se trabalhar em conjunto com profissionais da saúde na apresentação dos fatos, apresentando somente dados relevantes, destacando alternativas ao suicídio, fornecendo no fim da produção informações sobre números e endereços de grupos de apoio e mostrando os sinais de alerta sobre o comportamento suicida. É importante noticiar, além das estatísticas, enfatizar os sinais, pois assim familiares, amigos, pessoas próximas poderão ajudar. Como identificar um comportamento suicida também é utilidade pública.

Já o manual de Comunicação LGBTI+, de 2018, realizado pela Aliança Nacional LGBTI e Gay Latino, com o apoio institucional do Sindjor-PR, contém 104 páginas que trazem a terminologia mais atualizada sobre a população lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual, visando o melhor entendimento dos comunicadores.

O estudo explica o que é sexualidade, gênero, sexo biológico, intersexualidade, orientação sexual, assexual, bissexual, gay, heterossexual, homossexual, homoafetivo, pansexualidade, lésbica, identidade e expressão de gênero. É abordada a diferença entre drag queen e drag king, que podem ser confundidos na hora da escrita, pois o drag queen é o homem que veste roupas femininas de forma extravagante para a sua profissão em shows, enquanto que o drag king é a mulher que veste roupas masculinas para trabalhos artísticos.

Como o manual é um estudo atualizado, é diferenciado e explicado quando se trata de uma mulher trans – a pessoa que se identifica como sendo do gênero feminino, embora tenha sido designada ao nascer ser do sexo/gênero masculino e de um homem trans – a pessoa que se identifica como sendo do gênero masculino, embora tenha sido designada ao nascer ser do sexo/gênero feminino. Além disso, o manual aborda assuntos como discriminação, preconceito e estereótipos,

conquistas e avanços, um breve histórico da luta LGBTI+, termos e comportamentos a evitar, bandeiras e seus significados, sugestões e datas de pautas.

O Guia Mídia e Direitos Humanos, elaborado pelo Intervozes, em 2015, traz uma junção de vários direitos humanos, com explicações e marcos históricos sobre determinados grupos. O estudo que possui 130 páginas destaca datas, marcos legais e boas práticas de comunicação. Nas primeiras páginas que são sobre pessoas com deficiência, assim como nos outros materiais analisados, são explicadas as diferentes deficiências, como a pessoa com deficiência deve ser chamada, e reforça a importância de ser tratada simplesmente como pessoa e não como “coitada” ou com tratamentos de bajulação com a tentativa de disfarçar a sua deficiência.

Quanto ao tema relação de gêneros, são abordadas questões de violência, datas importantes, marcos legais e exemplos de expressões usadas de maneira errada nos veículos de comunicação, por exemplo, o termo “opção sexual”. O termo aceito é “orientação sexual”. O guia também aborda racismo e reforça a importância de empoderar a população negra e não vitimizá-la. É aconselhável que o jornalista evite o uso de expressões que reforcem estereótipos.

Em geral, nos guias de áreas mais específicas, a linguagem é mais extensa em se comparando com os manuais e cartilhas. A publicação Tráfico de Pessoas em Pauta – Guia para jornalistas com referências e informações sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas (2014), criada pela Ong Repórter Brasil, traz uma abordagem diferente dos outros materiais. O tráfico de pessoas é a combinação de três atos contra a pessoa. Segundo o escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), o primeiro ato é o recrutamento, transporte e alojamento; o segundo ato é a finalidade (de exploração, prostituição, extração de órgãos, serviços forçados e adoção ilegal); e o terceiro ato são os meios (ameaça, uso da força e abuso de autoridade). Esses três atos levam ao tráfico de pessoas.

Já a cartilha Liberdade Religiosa e Direitos Humanos (2017), criada pela Universidade Federal Fluminense, tem como propósito explicar para o público em geral a intolerância religiosa, o racismo religioso, apresentar um breve histórico de racismo no Brasil, etnia e religião e um breve histórico sobre as religiões, além de trazer o conhecimento de artigos da Constituição Federal e a Lei n. 7.716. A cartilha não aborda o conteúdo jornalístico, porém explica vários fatores desconhecidos sobre a intolerância religiosa.

O manual do Repórter de Polícia (2012), criado pelo Jornalista Marco Antonio Zanfra, é um manual online em formato de Flipcard e aborda 78 casos de direitos humanos interligados à cobertura jornalística policial, como pedofilia, homicídio, furto, crimes federais, tortura, entre outros. Diferente dos outros manuais, ele contém poucas informações e traz mais as questões judicial e legal, conforme a lei. O manual, por ser acessado online, faz parte de um blog pessoal. Tem como característica uma linguagem mais solta, sucinta e objetiva. Cada tema abordado tem uma breve descrição sobre o que se trata e o trecho da lei.

Nos manuais e cartilhas analisados, pôde-se observar que a linguagem é clara e objetiva, sem uso de termos técnicos. Os estudos são didáticos e respondem exatamente às dúvidas que surgem na hora de orientar a população. Os estudos analisados dialogam claramente com os profissionais e estudantes de

comunicação, mas foi possível perceber que alguns são feitos em mais profundidade e abordam temas que estão interligados com o grupo, já em outros a abordagem é feita de forma rasa; mesmo assim ainda conseguem manter uma linha de conhecimento com o seu leitor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise deste trabalho, pode-se observar o quanto as denominações estão em transição. Recentemente, foram criados os manuais sobre transgêneros para a mídia, que pouco produz sobre esse grupo. Por vezes, os manuais não dialogam com os comunicadores, e a denominação errada sobre determinado grupo é feita. Quando o jornalista desconhece as denominações e mesmo assim produz o conteúdo, dependendo do que for dito, poderá ocasionar erros ou má interpretação nas informações distribuídas à população. Em casos de adolescentes, uma palavra errada poderá deixar a imagem do ou da jovem marginalizada. Em casos de violência contra a mulher, racismo, homofobia e qualquer outra intolerância, uma denominação errada afetará na luta dos movimentos e removerá todos os direitos conquistados pelo grupo.

Por outro lado, essa observação provoca a seguinte constatação: em geral, a cultura da mídia estimula a dominação social lançando mão, por vezes, de um discurso que visa a marginalização e/ou banalização de certos temas e forças da sociedade, enfraquecendo-os. Entretanto, essa mesma cultura pode incentivar a resistência e a luta contra as classes hegemônicas ao utilizar uma linguagem mais isenta, menos comprometida com o poder.

Pode-se analisar a importância deste tipo de material quando nos deparamos com algum fato relacionado a este grupo noticiado errado, por exemplo, relacionado à pessoa e na matéria é colocado o seu nome e depois o nome de batismo: “João, que nasceu Maria...” o que acaba gerando uma exposição desnecessária diante da sociedade.

Entretanto na análise feita, foi possível identificar a transição dos materiais e sua evolução, e que conseguem dialogar diretamente com os profissionais e estudantes, proporcionando esclarecimento sobre os direitos humanos e um conteúdo jornalístico com mais precisão.

## Human rights for journalists and students: an analysis of manuals about minority groups

### ABSTRACT

The purpose of this article is to make a critical analysis of human rights manuals, guides and booklets aimed at journalists and journalism students whose main objective is to suggest more appropriate forms of treatment in journalistic material regarding minority groups or those in a situation of social vulnerability. The job is to assess and judge some of these documents. Thus, we suggest revisions or even additions and deletions, aiming at a better understanding of the proposals by the professionals. Finally, we reflect on the relevance and appropriateness of the manuals for use by journalism students.

**KEYWORDS:** Communication. Journalism. Human rights.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Márcia. Imprensa popular: sinônimo de jornalismo popular? Santa Maria, 2006. Disponível em:  
<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/63557889706955819390718237293726753880.pdf>. Acesso: 31 mai. 2019.

ANDI. Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes: Guia de Referência para a cobertura jornalística. 2 ed. Brasília. 2013. Disponível em:  
[https://issuu.com/andi\\_midia/docs/guia-violencia-sexual-web](https://issuu.com/andi_midia/docs/guia-violencia-sexual-web). Acesso: 30 mai. 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - Manual de Redação Mídia Inclusiva, Porto Alegre, jul. 2011. Disponível em:  
<[http://www.portaldeaccessibilidade.rs.gov.br/uploads/1313497232Manual\\_de\\_Redacao\\_AL\\_Inclusiva.pdf](http://www.portaldeaccessibilidade.rs.gov.br/uploads/1313497232Manual_de_Redacao_AL_Inclusiva.pdf)> Acesso: 21 abr. 2019.

CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS – Direitos Humanos. Disponível em:  
<<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso: 28 fev. 2019.

IJUIM, Jorge. Humanização e desumanização no Jornalismo: algumas saídas. Florianópolis, 2014. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ijuim-jorge-2014-humanizacao-desumanizacao-jornalismo.pdf>. Acesso: 26 mai. 2019.

INTERVOZES - Guia Mídia e Direitos Humanos – 1. Ed. - São Paulo, 2014. Disponível em: <http://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Guia-Mi%CC%81dia-e-Direitos-Humanos-menor.pdf>>. Acesso: 9 ago. 2018.

KUNCZIK, Michael. Conceitos de Jornalismo. São Paulo: Edusp, 2001.

MARCO, Z. Manual do Repórter de Polícia. 2012. Disponível em:  
<http://manualdoreporterdepolicia.blogspot.com/>. Acesso: 24 jul. 2019.

MOVIMENTO REPÚBLICA DE EMAÚS - Jornalismo e direitos humanos de crianças e adolescentes. Belém, 2013. Disponível em:  
<http://www.movimentodeemaus.org/data/material/JORNALISTAS.pdf>>. Acesso: ago. 2018.

Mulher vire a página. São Paulo, 2016. Disponível em:  
[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/vire\\_a\\_pagina.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/vire_a_pagina.pdf).  
Acesso: 9 ago. 2018.

OLGA. Minimanual do Jornalismo Humanizado: Aborto. 2017. Disponível em:  
<https://think-olga.s3.amazonaws.com/pdf/Aborto.pdf>. Acesso: 28 mai. 2019.

OLGA. Minimanual do Jornalismo Humanizado: Pessoa com Deficiência. 2016.  
Disponível em: [https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual\\_2](https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_2). Acesso: 28 mai.  
2019.

OLGA. Minimanual do Jornalismo Humanizado: Racismo. 2016. Disponível em:  
[https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual\\_3](https://issuu.com/thinkolga/docs/minimanual_3). Acesso: 30 mai. 2019.

OLGA. Minimanual do Jornalismo Humanizado: Violência contra a mulher. 2016.  
Disponível em: [https://think-olga.s3.amazonaws.com/pdf/violencia\\_contra\\_mulher.pdf](https://think-olga.s3.amazonaws.com/pdf/violencia_contra_mulher.pdf). Acesso: 24 jul. 2019.

ONG REPÓRTER BRASIL. Tráfico de Pessoas em Pauta. 2014. Disponível em:  
<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/publicacoes/trafico-de-pessoas/trafico-de-pessoas-em-pauta-guia-para-jornalistas-reporter-brasil/view>. Acesso: 24 jul. 2019.

ONU-BR. Direitos Humanos. Disponível em:  
<<https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>>. Acesso: 28 fev. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Prevenção do Suicídio: Um manual para Profissionais da Mídia. Genebra. 2000. Disponível em:  
[https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/67604/WHO\\_MNH\\_MBD\\_00.2\\_por.pdf?jsessionid=F23960D6632B85A1539738BBC7A8BD4F?sequence=7](https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/67604/WHO_MNH_MBD_00.2_por.pdf?jsessionid=F23960D6632B85A1539738BBC7A8BD4F?sequence=7).  
Acesso: 31.maio.2019.

POLITIZE – Evolução dos Direitos Humanos. Disponível em:  
<<https://www.politize.com.br/direitos-humanos-no-brasil/>>. Acesso: 29 fev. 2019.

PORTAL EDUCAÇÃO – Evolução História dos Direitos Humanos. Disponível em:  
<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/evolucao-historica-dos-direitos-humanos/72105>>. Acesso em: 28 fev. 2019. RIBEIRO, Marcus. Direitos Humanos. São Paulo: Montecristo Editora, 2011.

UNAIDS – Manual Comunicação LGBTI. Disponível em: <<https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>>. Acesso: 20 abril. 2019.

UNESCO – Direitos Humanos no Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/social-and-human-sciences/human-rights/>>. Acesso: 5 mar. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Liberdade Religiosa e Direitos Humanos. 2017. Disponível em: [http://www.uff.br/sites/default/files/eventos/cartilha\\_liberdade\\_religiosa\\_download.pdf](http://www.uff.br/sites/default/files/eventos/cartilha_liberdade_religiosa_download.pdf). Acesso em: 24 jul. 2019.

**Recebido:** 14 dez. 2019.

**Aprovado:** 20 mar. 2020.

**DOI:** 10.3895/rde.v11n18.11412

**Como citar:**

ADRIANO, B.L.; SILVA, E.C.F. Direitos humanos para jornalistas e estudantes: uma análise de manuais voltados para grupos minoritários. R. Dito Efeito, Curitiba, v. 11, n. 18, p. 12-26, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/de>>. Acesso em: XXX.

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

